

**LIVRO DE
QUESTÕES**

TRT

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Coordenação editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Joyce Matos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

TRT : Tribunal Regional do Trabalho / [Bruna Pinotti Garcia Oliveira]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
610 p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-18-4

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Concursos - Problemas, questões, exercícios 3. Brasil. Tribunal Regional do Trabalho - Concursos I. Oliveira, Bruna Pinotti Garcia

CDU 35.08(079.1)

18-0300

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT007-19-TRT

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por matérias, e cada matéria dividida em tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão. Também propusemos o comentário de todas as alternativas das questões de múltipla escolha.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em *nossos Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas, tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Língua Portuguesa.....	9
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático.....	53
Informática	91
Administração Geral	123
Administração Pública.....	169
Administração Financeira e Orçamentária.....	209
Direito Constitucional.....	253
Direito Administrativo.....	279
Sustentabilidade e Acessibilidade.....	309
Direito Civil.....	335
Direito Processual Civil	361
Direito Previdenciário.....	393
Direito do Trabalho	413
Direito Processual do Trabalho.....	455
Direito Penal.....	497
Direito Processual Penal.....	525
Direitos das Pessoas com Deficiência.....	535
Ética no Serviço Público	561
Normas Aplicáveis aos Servidores Federais	585

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista – Unesp.

TERMOS DA ORAÇÃO

1. (TRT 23ª REGIÃO-MT - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA-FCC-2016 – ADAPTADA) *E a própria espera do barulho despedaça o narrador.*

O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento do grifado acima está em:

- a) Por isso, a cidade é o lugar da educação...
- b) ... nas quais a opressão viceja.
- c) ... anseia desesperadamente pelo silêncio.
- d) ... há uma evidente arbitrariedade...
- e) ... fracassam todas as soluções possíveis.

CONJUGAÇÃO VERBAL

2. (TRT 23ª REGIÃO-MT - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA - FCC-2016) ... *para quem Manoel de Barros era comparável a São Francisco de Assis...*

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima está em:

- a) Dizia-se um “vedor de cinema”...
- b) Porque não seria certo ficar pregando moscas no espaço...
- c) Na juventude, apaixonou-se por Arthur Rimbaud e Charles Baudelaire.
- d) Quase meio século separa a estreia de Manoel de Barros na literatura...
- e) ... para depois casá-las...

3. (TRT 20ª REGIÃO-SE - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC-2016) Está escrita em conformidade com a norma-padrão da língua a frase:

- a) Os caminhos de Zé de Julião, com alegrias, tragédias e símbolos, há de ser perpetuados nos dois filmes de Hermano Penna.
- b) Conforme as histórias de que o povo conta, os caminhos de Zé de Julião comporam-se de alegrias, tragédias e símbolos.
- c) Segundo depoimento do cineasta Hermano Penna, alegrias, tragédias e símbolos é que marcaram os caminhos de Zé de Julião.
- d) Fez-se de alegrias, tragédias e símbolos os caminhos de Zé de Julião, os quais se mantém vivos na memória de Poço Redondo.
- e) Os filmes de Hermano Penna deteram-se nos relatos sobre Zé de Julião, cujos caminhos se pintam de alegrias, tragédias e símbolos.

4. (TRT 20ª REGIÃO-SE - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC-2016) ... *o próprio Madiba havia dito, muito tempo antes...*

A expressão destacada está corretamente substituída, preservando-se o tempo, o modo e o aspecto verbais, por

- a) disse.
- b) dissera.
- c) dizia.
- d) diria.
- e) dissesse.

GABARITO COMENTADO

1.

O verbo destacado é, no período, transitivo direto, e é complementado pelo objeto direto "o narrador". Vamos aos itens:

Em "a", Por isso, a cidade **é** o lugar da educação = verbo de ligação

Em "b", nas quais a opressão **viceja**. = intransitivo

Em "c", **anseia** desesperadamente pelo silêncio = transitivo indireto

Em "d", **há** uma evidente arbitrariedade = transitivo direto

Em "e", **fracassam** todas as soluções possíveis. = verbo intransitivo

GABARITO OFICIAL: D

2.

"Era" = verbo "ser" no pretérito imperfeito do Indicativo. Procuremos nos itens:

Em "a", *Dizia-se* = pretérito imperfeito do Indicativo

Em "b", *Porque não seria* = futuro do pretérito do Indicativo

Em "c", *Na juventude, apaixonou-se* = pretérito perfeito do Indicativo

Em "d", *Quase meio século separa* = presente do Indicativo

Em "e", *para depois casá-las* = Infinitivo pessoal (*casar elas*)

GABARITO OFICIAL: A

3.

Acertos entre parênteses:

Em "a", Os caminhos de Zé de Julião, com alegrias, tragédias e símbolos, há (*hã*) de ser perpetuados nos dois filmes de Hermano Penna.

Em "b", Conforme as histórias de que o povo conta (*histórias que o povo conta*), os caminhos de Zé de Julião comporam-se (*compunham-se*) de alegrias, tragédias e símbolos.

Em "c", Segundo depoimento do cineasta Hermano Penna, alegrias, tragédias e símbolos é que marcaram os caminhos de Zé de Julião. = correta

Em "d", Fez-se de alegrias, tragédias e símbolos os caminhos de Zé de Julião, os quais se mantêm (*mantêm*) vivos na memória de Poço Redondo. (se se referir a "Zé Julião", pode ser "o qual se mantêm vivo na memória de Poço Redondo")

Em "e", Os filmes de Hermano Penna deteram-se (*deteram-se*) nos relatos sobre Zé de Julião, cujos caminhos se pintam de alegrias, tragédias e símbolos.

GABARITO OFICIAL: C

4.

A locução verbal "havia dito" corresponde à forma "dissera" – pretérito mais-que-perfeito do Indicativo.

Em "a", disse = pretérito perfeito do Indicativo

Em "b", dissera = correta

Em "c", dizia = pretérito imperfeito do Indicativo

Em "d", diria = futuro do pretérito do Indicativo

Em "e", dissesse = pretérito do Subjuntivo

GABARITO OFICIAL: B

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO- -MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Evelise Leiko Uyeda Akashi

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduanda em Matemática pelo Claretiano. Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS

1. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Se o dobro de x é igual ao triplo de y , então a terça parte de x é igual:

- a) à metade de y ;
- b) ao dobro de y ;
- c) à sexta parte de y ;
- d) à quarta parte de y ;
- e) ao sêxtuplo de y .

2. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Um funcionário do tribunal dividiu os 80 processos que necessitavam de revisão entre sete advogados. Seis deles receberam a mesma quantidade de processos para rever e o último advogado, o mais jovem deles, recebeu um número menor de processos do que cada um dos outros, porém maior que 5. O número de processos que o advogado mais jovem recebeu foi:

- a) 7;
- b) 8;
- c) 9;
- d) 10;
- e) 11.

3. (TRT 11ª REGIÃO-AM – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2017) O valor que corresponde ao resultado correto da expressão numérica $(13^2 - 11^2) \div (12^2 \div 3) \div (10^2 - 9^2 - 4^2)$ é

- a) $\frac{3}{4}$
- b) $\frac{1}{5}$
- c) $\frac{1}{3}$
- d) $\frac{2}{5}$
- e) $\frac{1}{4}$

GABARITO COMENTADO

1.

$$2x = 3y$$

$$x = \frac{3y}{2}$$

$$\frac{x}{3} = \frac{1}{3} \cdot \frac{3y}{2}$$

$$\frac{x}{3} = \frac{y}{2}$$

GABARITO OFICIAL: A

2.

$$80/6 = 13 \text{ e sobra } 2.$$

O mais jovem já teria 2.

Mas, ele recebeu mais que 5.

Se cada um dos 6 derem mais um processo para ele, ele terá 8 processos.

GABARITO OFICIAL: B

3.

$$13^2 - 11^2 = 169 - 121 = 48$$

$$12^2 \div 3 = 144 \div 3 = 48$$

$$10^2 - 9^2 - 4^2 = 100 - 81 - 16 = 3$$

$$48 \div 48 = 1$$

$$1/3$$

GABARITO OFICIAL: C

INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nossavida> e seu desenvolvimento social. Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008. Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007. Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004. Trabalha com educação desde o ano de 2003. Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina. Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

DISPOSITIVOS MÓVEIS

1. (TRT 20ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – FCC – 2016) *Smartphones, tablets, ultrabooks* etc impulsionaram o uso de redes móveis e o conceito de BYOD – *Bring Your Own Device* no meio corporativo. Neste cenário, é correto afirmar que

- a) aplicativos como digital *vallets* (carteiras digitais) permitem compras seguras através do dispositivo móvel e todos os bancos já oferecem um app para celulares que utiliza o *bluetooth* para ler o *QR Code* (código de barras) e pagar uma conta.
- b) com a disponibilidade de tecnologias VPN (rede pública construída sobre uma rede privada) para dispositivos móveis, o meio corporativo passou a aceitar que acessar ferramentas de trabalho pelo dispositivo mais confortável para o funcionário pode trazer aumento de produtividade.
- c) ao invés do *client-server* passa-se a ter *client-cloud* – o cliente utiliza as funcionalidades nativas dos sistemas operacionais para *desktop* como iOS e Android com esquemas de segurança e criptografia, integrando outras ferramentas nativas dos dispositivos.
- d) novos *apps* estão explorando o uso da câmera e do GPS e para isso há um componente importante na arquitetura das novas aplicações corporativas: o *Firmwhere*, que é uma camada de software entre a aplicação e o sistema operacional, que facilita o seu desenvolvimento.
- e) utilizar apps que permitem o trabalho *offline* e, quando a rede fica disponível, promovem a sincronização dos dados com a nuvem, é uma característica que as aplicações corporativas podem ter para evitar paradas no trabalho caso a rede não esteja disponível

GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS

2. (TRT 4ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2015) Considerando diferentes organizações e métodos de acesso, em um arquivo

- a) Sequencial, as operações de modificações não são simples.
- b) Direto, são necessárias áreas de extensão, que precisam ser reorganizadas.
- c) Indexado, não ocorre atualização do índice quando da inserção de um registro.
- d) Invertido, devem-se determinar funções que gerem maior número de colisões.
- e) Direto, as listas invertidas valem apenas para aquela disposição física do arquivo.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – Porque não são todos os bancos que possuem disponibilidade para uso desse sistema.

Em "b": Errado – Porque o acesso remoto já estava disponível antes da geração de dispositivos portáteis.

Em "c": Errado – Porque os recursos clientes já eram conectados à nuvem para acesso aos dados no servidor.

Em "d": Errado – Porque o componente citado (*Firmwhere*) não existe. O que existe é o *firmware*, que é um conjunto de instruções operacionais programadas diretamente no *hardware* de um equipamento eletrônico.

Em "e": Certo – Porque, se os dados forem disponibilizados offline, o trabalho não para e, quando os dispositivos se conectarem, tudo se sincroniza.

GABARITO OFICIAL: E

2.

A tabela a seguir mostra as vantagens e desvantagens a respeito dos métodos de acesso em arquivos.

Arquivo	Vantagens	Desvantagens
Sequencial	Acessos sequenciais mais eficientes.	Operações de modificações não são simples.
Sequencial indexado	Utilizam índices, que agilizam a consulta por estarem na RAM.	Necessidades de áreas de extensão, que precisam ser reorganizadas.
Indexado	Não existem áreas de extensão. Registros sem compromisso com armazenamento físico.	Atualização do índice quando da inserção de um registro.
Direto	Acesso direto, sem necessidade do índice.	Determinar funções que gerem menor número de colisões.
Invertido	Acesso direto ao registro após localização da lista invertida.	As listas invertidas valem apenas para aquela disposição física do arquivo.

GABARITO OFICIAL: A

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

FUNÇÕES GERENCIAIS

1. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC - 2017) Trata-se de comportamento de liderança caracterizado por amabilidade e preocupação com o bem estar, a prosperidade e as necessidades dos colaboradores. Este estilo é denominado liderança

- a) flexível.
- b) incentivadora.
- c) orientada para resultados.
- d) situacional.
- e) diretiva.

LIDERANÇA

2. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO - FCC – 2017) Entre as teorias comumente mencionadas nas literaturas relativas à liderança nas organizações, existe a Teoria Caminho – Meta ou Caminho – Objetivo, que elenca entre os possíveis comportamentos do líder, o

- a) autoritário-coercitivo, que decide todo o processo, o que será feito, quando será feito e como será feito.
- b) diretivo, que deixa claro o que espera dos liderados, organizando e proporcionando diretrizes claras sobre como as tarefas deverão ser realizadas.
- c) consultivo, que compartilha as decisões com os subordinados, permitindo aos mesmos flexibilidade na realização das tarefas.
- d) carismático, que motiva os subordinados em face de traços próprios de personalidade e comportamento.
- e) benevolente, que toma as decisões com base na satisfação das necessidades dos subordinados.

3. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC - 2017) O tema da liderança nas organizações tem sido objeto de estudo na literatura e apresenta diferentes abordagens, dentre elas, as denominadas teorias situacionais, as quais apontam, entre outros preceitos:

- a) a importância da ênfase na produção e nas tarefas, relativizando o papel das características pessoais do líder.
- b) que a liderança é uma condição inata das pessoas, passível de transmissão apenas em situações peculiares.
- c) a possibilidade do desenvolvimento de traços de personalidade ligados às tarefas, sendo inviável desenvolver aqueles ligados à gestão.
- d) que o líder deve agir de acordo com as contingências e situações apresentadas pelo ambiente.

- e) que fatores exógenos não influenciam o comportamento do líder autêntico, eis que este deve sempre ter o domínio da equipe.

4. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC - 2017) Os estudos sobre liderança contemplam as denominadas Teorias Situacionais, entre as quais o Modelo de Fiedler, segundo o qual

- a) a liderança deve ser baseada na troca, cabendo ao líder participativo o atendimento das necessidades dos subordinados.
- b) a eficácia da liderança depende da adequação do estilo do líder com o grau de maturidade dos subordinados.
- c) a liderança deve ser diretiva, cabendo ao líder deixar claro o que espera dos subordinados, propondo ações claras e objetivas.
- d) a eficácia gerencial está atrelada à manipulação correta da situação e não ao estilo ou personalidade do líder.
- e) o desempenho eficaz do grupo depende da combinação adequada entre o estilo de liderança do líder com os subordinados e o grau em que a situação dá o controle e a influência para o líder.

5 (TRT 12ª REGIÃO-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Nem todos os administradores são líderes e nem todos os líderes são administradores. Liderança e administração são dois termos próximos, mas que costumam ser confundidos. A liderança é melhor definida da seguinte forma:

- a) ordem, consistência e direção por meio de planejamento;
- b) capacidade de influenciar pessoas para atingir metas;
- c) cargo de direção em uma organização;
- d) referência técnica ou autoridade no assunto;
- e) capacidade de agradar os funcionários e manter um bom clima organizacional.

CULTURA ORGANIZACIONAL

6. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC - 2017) A cultura organizacional constitui um fenômeno estudado por diversos autores, estreitamente ligado à própria identidade da organização e à forma como ela é vista por seus integrantes e pela sociedade. Os autores costumam apontar, entre os aspectos, mais facilmente perceptíveis da cultura de uma organização

- a) o clima organizacional.
- b) os ritos de degradação.
- c) a osmose geográfica.
- d) a ideologia.
- e) os artefatos observáveis.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a", Errado – característica da liderança situacional, onde o líder estará frequentemente avaliando seus colaboradores e alterando seu estilo de liderança, sendo ela dinâmica e flexível.

Em "b", Certo – trata-se da liderança que apoia os liderados, é uma liderança encorajadora, onde o líder é amigoso e acessível, motivando os subordinados.

Em "c", Errado – trata-se de liderança que estipula objetivos claramente mais ousados, desafiando os liderados a atingir seu melhor nível de desempenho.

Em "d", Errado – a liderança será definida com base no nível de maturidade dos liderados.

Em "e", errado – nesse tipo de liderança o foco é na tarefa e suas decisões costumam ser tomadas isoladamente, sem a participação dos colaboradores.

GABARITO OFICIAL: B

2.

Em "a" e "c", Errado – teoria de Likert.

Em "b", Certo - Estamos aqui nos referindo à teoria caminho-objetivo, que encontramos no contexto da abordagem contingencial da Administração, criada por House e que propôs que o comportamento poderia ser classificado:

- diretivo: o líder dá a direção de como as tarefas devem ser realizadas, buscando estruturar as tarefas para os subordinados e comunicar o que se espera deles, esclarecendo políticas, regras e procedimentos.

- de apoio: demonstra interesse pela satisfação das necessidades e preferências

participativo: se dá através de consultas junto aos subordinados e encoraja-os a participar do processo de tomada de decisões;

- de realização: envolve encorajar a excelência na performance, incluindo a fixação de metas desafiadoras e a busca por padrões de alto desempenho.

Em "d" e "e", Errado – teoria de Max Weber

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a", Errado - Produção e tarefas não é o foco da liderança situacional, e sim a liderança sendo exercida no contexto ambiental em que ela ocorre, levando em conta o líder, os liderados, a tarefa, a situação, os objetivos

Em "b", Errado - O que temos aqui é uma abordagem que trata dos traços de personalidade, e não de adequação da liderança à situação como aponta a liderança situacional.

Em "c", Errado - Como vimos acima, a liderança situacional trabalha a adequação do líder ao ambiente, à situação, no que se insere o desenvolvimento de aspectos relacionados à gestão.

Em "d", Certo – como vimos na alternativa "a", é a liderança sendo exercida no contexto ambiental em que ela ocorre, levando em conta o líder, os liderados, a tarefa, a situação, os objetivos.

Em "e", Errado - O ambiente é formado por questões tanto internas como externas e, compete ao líder exatamente compreender este ambiente, suas características e ocorrências e ajustar sua forma de liderar e apontar soluções e direcionamentos.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em "a", Errado - Na liderança existe o incentivo do líder para que o liderado contribua no processo, não se trata de troca.

Em "b", Errado - A eficácia da liderança depende do ajuste entre o líder e a situação.

Em "c", Errado - A liderança diretiva é o estilo de liderança adotada em relação aos empregados que demonstram uma baixa maturidade.

Em "d", Errado - O sucesso da liderança está em conseguir perceber cada contexto de ambiente, situação, envolvidos e, adaptar o melhor método de liderança em função das circunstâncias, não basta apenas manipular corretamente a situação.

Em "e", Certo - Segundo Fiedler, o desempenho eficaz do grupo depende da combinação adequada entre o estilo de interação do líder com seus subordinados e o grau em que a situação dá controle e influência para o líder. Ele isolou três critérios situacionais:

- Relação dos membros líderes (líder-liderados)
- Estrutura da tarefa
- Poder de posição

GABARITO OFICIAL: E

5.

Em "a", Errado - a liderança não está, necessariamente, atrelada a um planejamento, é importante que a influência do líder esteja coerente com o planejamento organizacional, porém, não é algo engessado.

Em "b", Certo - A seguir o conceito de acordo com três dos mais respeitados autores sobre o assunto:

- Maximiano - a liderança é o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas.
- Chiavenato - a capacidade de influenciar as pessoas a fazerem aquilo que devem fazer.
- Robbins - capacidade de influenciar um grupo para alcançar metas.

Em "c", Errado - nem todo mundo que ocupa cargo de direção é líder.

Em "d", Errado - a liderança não requer conhecimento técnico, é muito mais pertinente ao aspecto comportamental.

Em "e", Errado - não é questão de agradar, e sim, de influenciar.

GABARITO OFICIAL: B

6.

Em "a", Errado - não é um dos componentes da cultura organizacional.

Em "b", Errado - classificado como um dos sub-elementos da organização.

Em "c", Errado - trata-se de um reforçador da cultura organizacional.

Em "d", Errado – pode ser considerada como pressuposição básica.

Em "e", Certo – trata-se do elemento mais perceptível dentre todos.

Vejamos os níveis dos componentes da Cultura Organizacional de acordo com o nível de superficialidade, sendo do mais superficial ao mais profundo.

Artefatos: o mais superficial, visível e perceptível.

Padrões de comportamento: as regras que criam um comportamento linear e padronizado

Valores compartilhados: não são visíveis, estão enraizados nas pessoas, pois, esses valores tem relevância tal que definem as razões pelas quais as pessoas fazem ou deixam de fazer algo.

Símbolos, rituais, ritos e cerimônias: são os sub-elementos da empresa, ou seja, são as práticas da organização, ou seja, manifestações que se apresentam como resultado de sua cultura e rodeiam o que podemos chamar de núcleo da cultura organizacional, isto é, seus valores.

Pressuposições básicas: trata-se de crenças inconscientes, sentimentos e pressuposições básicas que regem o pensamento e o comportamento das pessoas. Este é o nível mais profundo da cultura organizacional.

Diante dessas colocações, fica fácil entender que aspectos que se enquadrem aos níveis mais profundos, são mais difíceis de mudar, caracterizando culturas mais inflexíveis.

GABARITO OFICIAL: E

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito. Especialização em Gestão Empresarial e Gestão de Projetos; Consultora Empresarial e Coordenadora de Projetos. Empresária.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento Pessoal;
- Atendimento e Vendas;
- Relações Comportamentais.

EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (TRT 11ª REGIÃO - AM-RR - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC - 2017) A excelência nos serviços públicos corresponde ao grau máximo da qualidade dos serviços prestados. Não obstante difícil de ser alcançada plenamente, é certo que os programas de qualidade perseguem o seu atingimento. Exemplo disso é o modelo de excelência em gestão desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, que contempla

- a) critérios de excelência em gestão, inspirados nas melhores práticas das organizações, como o pensamento sistêmico.
- b) fundamentos de excelência, como estratégias e planos, que permitem medir o grau de excelência da organização.
- c) benchmarking, consistente em exemplos de ações e experiências bem sucedidas passíveis de serem incorporadas.
- d) procedimentos padronizados para gerenciamento de processos, utilizando como ferramenta principal o workflow.
- e) sistema de pontuação que visa determinar o grau de maturidade da gestão da organização, tendo como referência os critérios de excelência e seus subitens.

GOVERNANÇA, GOVERNABILIDADE E ACCOUNTABILITY

2. (TRT 12ª REGIÃO-SC - TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV - 2017) Uma entidade da administração pública iniciou uma série de ações com vistas a adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias na estrutura da entidade para implantar e disseminar as boas práticas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) auditoria interna;
- b) conselhos de administração;
- c) conselho fiscal;
- d) controladorias;
- e) ouvidoria.

3. (TRT 12ª REGIÃO-SC TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV - 2017) Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) recomenda que sejam considerados quatro níveis de análise, a saber:

Mecanismos de Governança > Componentes > Práticas > Itens de Controle

Um dos componentes relacionados ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- a) accountability e transparência;
- b) auditoria interna;
- c) princípios e comportamentos;
- d) relacionamento com partes interessadas; Parte inferior do formulário
- e) sistema de governança.

1.

Em "a", Errado - pensamento sistêmico não é critério, é fundamento.

Em "b", Errado - Estratégias e Planos representa(m) um CRITÉRIO de Excelência. NÃO é fundamento.

Em "c", errado - O benchmarking é uma ferramenta/ metodologia utilizada no novo modelo de Excelência na gestão (MEG) porém no antigo não, e a questão tem por base o modelo anterior e não o atual.

Em "d", Errado – **O MEG não utiliza a workflow** como ferramenta.

Em "e", Certo – estava correta considerando o modelo anterior. Fica portanto a observação: De acordo com a nova edição do modelo de excelência da gestão, o sistema de pontuação deixa de ser contemplado.

Caros alunos fiquem muito atentos, embora a banca tenha considerado o gabarito E, essa questão está desatualizada, pois, o novo MEG da FNQ traz alterações nesse conteúdo (**21ª edição do MEG**) e, nesse modelo, consta apenas OITO FUNDAMENTOS (vide link Fonte: <http://www.fnq.org.br/aprenda/metodologia-meg/modelo-de-excelencia-da-gestao/fundamentos>)

Os **oito** Fundamentos da Excelência, na **21ª edição do MEG**, são:

ENSAMENTO SISTÊMICO - Reconhecimento das relações de interdependência e consequências entre os diversos componentes que formam a organização, bem como entre estes e o ambiente com o qual interagem.

COMPROMISSO COM AS PARTES INTERESSADAS - Gerenciamento das relações com as partes interessadas e sua inter-relação com as estratégias e processos.

APRENDIZADO ORGANIZACIONAL E INOVAÇÃO - Busca e alcance de novos patamares de competência para a organização e sua força de trabalho, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de conhecimentos, promovendo um ambiente favorável à novas identificações.

ADAPTABILIDADE - Flexibilidade e capacidade de mudança para atender as atuais demandas.

LIDERANÇA TRANSFORMADORA - Atuação dos líderes de forma ética e comprometida com a excelência e mobilizando as pessoas em torno de valores, princípios e objetivos da organização e gerando interação com as partes interessadas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Compromisso da organização em responder pelos impactos de suas decisões e atividades, na sociedade e no meio ambiente, e de contribuir para a melhoria das condições de vida.

ORIENTAÇÃO POR PROCESSOS - Busca da eficiência e eficácia através das ações de forma que essas agreguem valor para as partes interessadas.

GERAÇÃO DE VALOR - Alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais e que atendam as necessidades e expectativas das partes interessadas.

GABARITO OFICIAL: E – desatualizada

2.

Em "a", "c", "d" e "e", Errado – todas as alternativas atuam como instâncias de apoio à governança.

Em "b", Certo - são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, lembrando ainda que, na falta desses conselhos, ou de outros equivalentes, essa função compete à alta administração.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a" e "b", Errado – trata-se do mecanismo de controle.

Em "c" e "e", Errado – trata-se do mecanismo de liderança.

Em "d", Certo – junto com estratégia organizacional e alinhamento transorganizacional, refere-se ao mecanismo estratégia.

GABARITO OFICIAL: D

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Sobre a Autora

Tatiana de Souza Carvalho

Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco-SP. MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Curso de Formação de professores, realizado na UNIP-SP. Experiência profissional multidisciplinar, adquirida em empresas de serviços e comércio. Atuou na rotina administrativa e na financeira (contas a pagar e receber; fluxo de caixa; cobrança e faturamento; conciliação bancária; análise e conciliação contábil), operando sistemas de gestão como InterQuadran e Prosoft. Participação em vários cursos e palestras de desenvolvimento e aprimoramento nas áreas de Finanças, Administração e Contabilidade, em instituições importantes como: Corecon, BM&FBOVESPA, SENAI, SEBRAE e SENAC. Consultora voluntária em Gestão Social do Instituto GESC. Professora do Centro Paula Souza ETEC, onde lecionou os cursos de Logística, Administração, Finanças e Serviço Jurídico.

DECRETO SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – LEI 4.320 DE 1964

1. (TRT 15ª REGIÃO-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – MÉDIO – FCC – 2018) Atenção: Para responder questão, considere a Lei no 4.320/1964. Ao processamento da despesa pública, aos créditos adicionais e ao exercício financeiro, está fixado que

- a) o pagamento de despesa anterior à sua regular liquidação tem como exceção legal a natureza do objeto adquirido.
- b) o empenho da despesa por estimativa é prática incompatível com o princípio da especificação.
- c) o uso da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do exercício anterior, conjugando-se ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a ele vinculadas, é admitido para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.
- d) a vedação à realização de despesas sem o prévio empenho é excetuada por lei para aquelas realizadas sob o regime de adiantamento (suprimento de fundos).
- e) os créditos da Fazenda Pública, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos em registro próprio como dívida ativa, momento a partir do qual todos os créditos, não importando a origem, adquirem a natureza de dívida ativa tributária.

2. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – SUPERIOR – FCC – 2018) Um dado Ministério do Governo Federal conseguiu obter autorização legal que permite acesso a uma operação de crédito a qual viabilizará projeto estratégico. Para tanto, fará uso de crédito adicional especial com finalidade precisa, por não existir dotação específica. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 4.320/1964,

- a) seu uso estará restrito a uma vigência de aproximadamente 60 dias caso o ato de autorização legislativa para abertura do crédito seja promulgado nos últimos 2 meses do exercício, devido à aplicação da regra de que o crédito possui vigência no próprio exercício financeiro.
- b) por serem créditos derivados de operação de crédito, dispensa-se a indicação dos recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- c) a regra de que as operações de crédito não devem exceder o montante das despesas de capital pode ser ressalvada no caso de créditos especiais com finalidade precisa, desde que aprovados pelo Legislativo por maioria absoluta.
- d) o projeto de lei relativo ao crédito especial será apreciado apenas no Senado Federal, na forma do seu regimento.
- e) caberá à Comissão Permanente da Câmara dos Deputados examinar o projeto de lei do crédito especial e, no caso de aprovação, promulgar o ato de autorização.

1.

Em "a": Errado – Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Em "b": Errado – Art. 60, § 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

Em "c": Certo – Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, deste que não comprometidos;

I – O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

§2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Em "d": Errado – Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. O empenho é sempre obrigatório. No entanto, o que pode ser dispensado, em casos especiais previstos na legislação, é a emissão da nota de empenho (Art. 60, § 1º).

Em "e": Errado – Art. 39, § 2º – Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": Errado – De acordo com o Art. 167, da CF/1988, são vedados: 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Em "b": Errado – Conforme o Art. 43, da Lei nº 4.320/1964, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Em "c": Certo – Conforme o Art. 167. São vedados: III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Em "c": Errado – Conforme o Art. 166, da CF/1988, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos cré-

ditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

Em "e": Errado – Art. 167. São vedados: III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre o Autor

Ricardo Bispo Razaboni Junior

Mestrando em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília/SP. Bolsista CAPES/PROSUP. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pós-graduando em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis. Membro do Grupo de Pesquisa REI (Relações Institucionais). Todos os lados do art. 2º da Constituição Federal e do Grupo de Pesquisa DiFuSo (Direitos Fundamentais Sociais), ambos cadastrados no diretório acadêmico de pesquisa do CNPQ. Professor de pós-graduação lato sensu em São Paulo. Professor de cursos preparatórios para concursos públicos. Realiza estágio-docência na graduação do curso de Direito do Centro Universitário Eurípides Soares da Rocha de Marília-SP. Advogado. Consultor Jurídico.

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2018) Nos termos da Constituição Federal e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,

- a) não possui legitimidade para a propositura de ações judiciais em defesa dos interesses da população indígena, cabendo tal prerrogativa aos procuradores da autarquia federal incumbida dessa defesa.
- b) o princípio da independência funcional garante aos seus membros liberdade de convicção, cabendo à chefia a edição de normas de orientação para a padronização da atuação jurídica da instituição.
- c) a seus membros é garantida vitaliciedade após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- d) possui legitimidade para promover ação civil pública para proteção de interesses coletivos, inclusive com a finalidade de impugnar a cobrança de tributos ou pleitear sua restituição.
- e) a seus membros é vedado o exercício da advocacia perante o juízo ou tribunal no qual tenham atuado, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

2. (TRT 1ª REGIÃO-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – INSTITUTO AOCP – 2018) Os litígios entre organismos internacionais, de um lado, e Estados membros da Federação brasileira, de outro, são de competência

- a) originária do Superior Tribunal de Justiça e, mediante recurso ordinário, do Supremo Tribunal Federal.
- b) do Superior Tribunal de Justiça, mediante recurso ordinário, e do Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de cabimento de recurso extraordinário.
- c) do Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses de cabimento de recurso especial, e do Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de cabimento de recurso extraordinário.
- d) ordinária da Justiça Federal.
- e) originária do Supremo Tribunal Federal.

3. (TRT1ª REGIÃO-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – INSTITUTO AOCP – 2018) O Ministério Público do Trabalho, órgão bastante atuante junto à Justiça do Trabalho, está sujeito ao controle da atuação administrativa e financeira exercido pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Acerca do exposto, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de doze membros nomeados pelo Presidente da República.

- b) O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.
- c) Os mandatos dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público terão duração de três anos, admitida uma recondução.
- d) Compete ao Procurador-Geral da União presidir o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) O Conselho Nacional do Ministério Público será composto, dentre outros membros, de três advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

4. (TRT 24ª REGIÃO-MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO-SEGURANÇA – FCC – 2017) De acordo com a Constituição Federal, o Ministério Público

- a) é instituição permanente, com os seguintes princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- b) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Executivo.
- c) possui autonomia funcional, não havendo autonomia administrativa, em razão da sua subordinação ao Poder Judiciário.
- d) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei Orgânica da Magistratura.
- e) elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

DIREITOS DA NACIONALIDADE

5. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2018) O vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo e capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos é denominado.

- a) soberania.
- b) nacionalidade.
- c) dignidade humana.
- d) legitimidade ativa.
- e) elegibilidade.

6. (TRT 24ª REGIÃO-MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO-SEGURANÇA – FCC – 2017) Cravo Carvalho, 50 anos de idade, é brasileiro naturalizado, brilhante advogado com seis livros publicados e mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, com notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal, Cravo Carvalho poderá ocupar cargo de

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Presidente do Senado Federal.

1.

Em “a”, conforme o art. 129 – São funções institucionais do Ministério Público: V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

Em “b”, conforme o art. 127, § 2º – Ao Ministério Público é assegurada **autonomia** funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Em “c”, conforme o art. 128, I – as seguintes garantias: a) vitaliciedade, após 2 anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

Em “d”, conforme o art. 129 – São funções institucionais do Ministério Público: III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivo.

Em “e”, conforme o art. 128, § 6º – Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, Parágrafo único – Aos juízes é vedado: V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

GABARITO OFICIAL: E**2.**

Em “a”, de acordo com o art. 127, § 1º – São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Em “b”, é previsto Constitucionalmente. Art. 128, §5º – I – as seguintes garantias: a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.

Em “c”, de acordo com o art. 127, § 2º – Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Em “d”, de acordo com o art.128, § 2º – A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

Em “e”, de acordo com o art.128, § 4º – Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a", de acordo com art. 130-A – O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Em "b", em consonância com o art. 130-A, § 4º – O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil officiará junto ao Conselho.

Em "c", de acordo com o art. 130-A – O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Em "d", de acordo com o art.130-A, I – o Procurador-Geral da República que o preside.

Em "e", de acordo com o Art. 130-A, V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

GABARITO OFICIAL: B

4.

Em "a", em conformidade com o art.127 da CF de 1988 – O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. § 1º – São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Em "b" e "c", de acordo com o art. 127, § 2º – Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Em "d" e "e", de acordo com o art. 127, § 3º – O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

GABARITO OFICIAL: A

5.

Em "a", a soberania é atributo apenas da República Federativa do Brasil (RFB), do Estado federal em seu conjunto. A União é quem representa a RFB no plano internacional (art. 21, I), mas possui apenas autonomia, jamais soberania.

Em "b", nacionalidade é o vínculo jurídico-político entre o Estado soberano e o indivíduo, que torna este um membro integrante da comunidade que constitui o Estado.

Em "c", conjunto de princípios e valores que têm a função de garantir que cada cidadão tenha seus direitos respeitados pelo Estado. O principal objetivo é garantir o bem-estar de todos os cidadãos.

Em "d", qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira pode ser legitimado ativo.

Em "e", A capacidade eleitoral ativa representa o direito de alistar-se como eleitor (alistabilidade) e o direito de votar; por sua vez, a capacidade eleitoral passiva representa o direito de ser votado e de se eleger para um cargo público (elegibilidade).

GABARITO OFICIAL: B

6.

Macete: **MP3.COM**

Ministro do Supremo Tribunal Federal;

Presidente e Vice da República;

Presidente do Senado Federal;

Presidente da Câmara dos Deputados;

Carreira Diplomática;

Oficial das Forças Armadas;

Ministro de Estado da Defesa.

Cavo Carvalho poderá ocupar o cargo de Ministro do STJ. Restando as alternativas "a", "b", "c", e "e", incorretas.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (TRT8-PA e AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2016) A respeito dos elementos do Estado, assinale a opção **correta**.

- a) Povo, território e governo soberano são elementos indissociáveis do Estado.
- b) O Estado é um ente despersonalizado.
- c) São elementos do Estado o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo.
- d) Os elementos do Estado podem se dividir em presidencialista ou parlamentarista.
- a) A União, o estado, os municípios e o Distrito Federal são elementos do Estado brasileiro.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2. (TRT1-RJ – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – INSTITUTO AOCF – 2018) Assinale a alternativa **incorreta** no tocante aos princípios que regem a Administração Pública:

- a) A divulgação dos vencimentos brutos mensais dos servidores, como medida de transparência administrativa, harmoniza-se com o princípio da publicidade, vedada a divulgação de outros dados pessoais, como CPF, RG e endereço residencial.
- b) A nomeação de parente colateral, até o terceiro grau da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão na Administração, é considerada ofensa à Constituição Federal, salvo para assunção de cargos de natureza política e desde que o nomeado tenha condições técnicas de exercer o *múnus público* a ele transferido.
- c) Deriva do princípio da impessoalidade a vedação constitucional de que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades em publicidade de atos dos órgãos públicos.
- d) O modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições a fim de se obterem os melhores resultados, é a única vertente apresentada pelo princípio da eficiência.
- e) O princípio da eficiência deve ser interpretado em conjunto com os demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, sob pena de afronta à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito.

3. (TRT21-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irresignação judicial, a:

- a) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de

cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.

- b) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infra legais.
- c) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
- d) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.
- e) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

4. (TRT7-CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – CESPE – 2017)

Se um ministro de Estado, após editar e publicar ato administrativo que conceda benefícios aos servidores públicos, resolver anulá-lo, por entender ser o ato ilegal, esse ministro terá praticado conduta com base no princípio da:

- a) autotutela.
- b) moralidade.
- c) indisponibilidade.
- d) supremacia do interesse público.

5. (TRT7-CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CARGOS 3 E 6 – CESPE – 2017)

O princípio que rege a administração pública, expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, e que exige dos agentes públicos a busca dos melhores resultados e um menor custo possível, é o da:

- a) moralidade.
- b) eficiência.
- c) legalidade.
- d) impessoalidade.

6. (TRT24-MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017)

Em importante julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a Corte Superior a impossibilidade de acumulação de cargos públicos de profissionais da área da saúde quando a jornada de trabalho superar sessenta horas semanais. Assim, foi considerada a legalidade da limitação da jornada de trabalho do profissional de saúde para sessenta horas semanais, na medida em que o profissional da área da saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Tal entendimento está em consonância com um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio da:

- a) publicidade.
- b) motivação.
- c) eficiência.
- d) moralidade.
- e) impessoalidade.

1.

Em "a": Certo – A alternativa apresenta corretamente todos os elementos indissociáveis do Estado. São eles: povo, território e governo soberano.

Em "b": Errado – O Estado é considerado uma pessoa jurídica de direito público.

Em "c": Errado – A alternativa apresenta os três Poderes ou Funções do Estado, que não se confundem com os elementos essenciais do mesmo.

Em "d": Errado – A alternativa não apresenta elementos do Estado, mas sistemas de governo.

Em "e": Errado – A alternativa apresenta os entes que compõem um Estado federado. Não se confundem com os elementos essenciais do Estado.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a": Certo – Pelo princípio da publicidade, a publicação dos atos da Administração promove maior transparência e garante eficácia *erga omnes*. Por isso a divulgação dos vencimentos brutos mensais dos servidores públicos mostra-se uma tarefa essencial.

Em "b": Certo – A alternativa apresenta o mesmo entendimento do enunciado da Súmula Vinculante nº 13, do STF. Todavia, importante ressaltar que a vedação exposta na Súmula Vinculante se aplica apenas aos cargos de natureza administrativa.

Em "c": Certo – A atividade da Administração Pública deve ser imparcial, de modo que é vedado haver qualquer forma de tratamento diferenciado entre os administrados. Uma das vertentes da impessoalidade é justamente a vedação de que constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades em publicidade de atos dos órgãos públicos, prevista no art. 37, § 1º, da CF/1988.

Em "d": Errado - O princípio da eficiência tem dupla aplicação: primeiramente para os agentes públicos, que devem atuar com o máximo de rendimento; bem como para o modo de organização da Administração, que deve privilegiar uma estrutura e organização que favoreça o maior rendimento e a redução de gastos.

Em "e": Certo – Tratando-se de conflito entre princípios, a interpretação adequada deve sempre almejar a ponderação dos princípios, de modo que um não se sobreponha aos demais. Isso porque nenhum princípio está acima dos demais. Logo, o princípio da eficiência, assim como outros princípios, deve ser aplicado sem que ocorra violação ao ordenamento jurídico.

GABARITO OFICIAL: D**3.**

Em "a": Certo – O princípio da impessoalidade é aquele que veda a distinção na forma de tratamento feita pelo Poder Público para com seus administrados.

Em "b": Errado – O princípio da legalidade não impede a Administração de se submeter a lei, pelo contrário, o princípio da legalidade vincula a autoridade administrativa a agir de acordo com a lei.

Em “c”: Errado – O princípio da moralidade, assim como os demais princípios da Administração Pública, possuem existência autônoma, o que significa que não dependem de outros para a sua aplicação imediata.

Em “d”: Errado – O princípio da eficiência é o que impõe a todo agente público a realizar suas funções com presteza, perfeição e rendimento funcional. Também está ligada aos conceitos de economicidade e gestão inteligente.

Em “e”: Errado – Não são todos os atos da Administração Pública que devem ser publicados em Diário Oficial, apenas aqueles cujo destinatário seja uma grande parcela da população. Não há necessidade de publicar em DOU, por exemplo, aviso sobre o novo quadro de horário de funcionamento de uma repartição pública, ou a promoção de um único servidor público.

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em “a”: Certo – A autotutela proporciona a Administração a revisar seus próprios atos, assegurando um meio adicional de controle de sua atuação, reduzindo o congestionamento do Poder Judiciário. É um princípio implícito e difere do controle judicial por proporcionar sua execução por parte da Administração sem a necessidade de provocação, pois é um Poder-Dever. A autotutela autoriza o controle, pela administração, sob dois aspectos: o da legalidade, anulando seus atos ilegais e o de mérito, revogando os atos inoportunos ou inconvenientes (Súmula nº 473, STF).

Em “b”: Errado – Pelo princípio da moralidade, a Administração impõe a seus agentes o dever de zelar por uma “boa-administração”, buscando atuar com base nos valores da moral comum, isso é, pela ética, decoro, boa-fé, e lealdade.

Em “c”: Errado – O princípio da indisponibilidade do interesse público é um princípio implícito que apresenta o rol de restrições à atuação da Administração Pública, não possuindo, por exemplo, a livre disposição dos bens e interesses públicos, uma vez que atua em nome de terceiros, a coletividade.

Em “d”: Errado – O princípio da supremacia do interesse público, por outro lado, é um princípio implícito que apresenta os poderes e prerrogativas do Poder Público. Por agirem em prol do interesse público, o Estado apresenta poderes especiais em relação aos particulares, podendo restringir os seus direitos, por exemplo, pelo exercício do poder de polícia.

GABARITO OFICIAL: A

5.

Em “a”: Errado – O princípio da moralidade é aquele que impõe aos agentes públicos o dever de zelar por uma “boa-administração”, buscando atuar com base nos valores da moral comum, isso é, pela ética, boa-fé, decoro e lealdade.

Em “b”: Certo - Implementado pela reforma administrativa promovida pela Emenda Constitucional nº 19 de 1988, a eficiência se traduz na tarefa da Administração de alcançar os seus resultados de uma forma célere, promovendo melhor produtividade e rendimento, evitando gastos desnecessários no exercício de suas funções.

Em "c": Errado – O princípio da legalidade é aquele que vincula a atuação da Administração ao ordenamento legal, de modo que somente poderá agir segundo e dentro dos limites da lei.

Em "d": Errado – O princípio da impessoalidade garante uma atuação imparcial da Administração Pública, de modo que veda qualquer diferença de tratamento entre os administrados, como o nepotismo, por exemplo.

GABARITO OFICIAL: B

6.

Em "a": Errado – A publicidade garante maior transparência no exercício da função administrativa, devendo a maioria de seus atos serem publicados, em regra, pelo Diário Oficial.

Em "b": Errado – A motivação exige que o administrador tenha sempre o dever legal de fundamentar todos os atos que pratica, sob pena de serem eivados de vício, o que pode ensejar a sua anulação.

Em "c": Certo – O julgamento apresentado no enunciado relaciona-se com o princípio da eficiência, uma vez que tal princípio impõe à Administração o dever de estruturar, organizar e disciplinar o seu quadro de pessoal de modo inteligente.

Em "d": Errado – A moralidade impõe à Administração Pública o dever de sempre agir segundo princípios éticos da boa-fé, respeito, decoro e lealdade.

Em "e": Errado – Pelo princípio da impessoalidade, a atividade da Administração Pública deve ser imparcial, de modo que é vedado haver qualquer forma de tratamento diferenciado entre os administrados.

GABARITO OFICIAL: C

SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

1. (TRT 3ª REGIÃO-MG – ANALISTA JUDICIÁRIO – ARQUITETURA – FCC – 2015)

A respeito dos instrumentos legais que discutem a questão da sustentabilidade e a proteção ao meio ambiente no Brasil:

- a) um dos temas mais significativos do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), marco na história da legislação ambiental brasileira, é a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do país.
- b) a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) destaca-se por exigir, em estudos técnicos de viabilidade, o adequado tratamento do impacto ambiental a ser gerado pelo empreendimento, então regulado, na própria lei, pelo chamado Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EIA.
- c) a Constituição federal de 1988 é o primeiro instrumento legal brasileiro a dar destaque à questão, através do art. 225, que resguarda o direito a todo cidadão ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- d) apenas recentemente na história do país, grupos culturalmente diferenciados e que possuem formas próprias de organização social foram devidamente resguardados por lei através do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007).
- e) apesar do adequado tratamento a crimes e infrações administrativas ambientais (Lei nº 9.605/1998 e Decreto nº 3.179/1999) o Brasil ainda aguarda a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental.

2. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2016)

De acordo com o Decreto nº 7.746/2012, a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP é composta por:

- a) um representante do Ministério do Trabalho e Emprego, que exercerá a Vice-Presidência.
- b) dois representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- c) dois representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- d) um representante do Ministério do Meio Ambiente, que exercerá a Presidência.
- e) dois representantes da Casa Civil da Presidência da República.

3. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FGV – 2017)

De acordo com Resolução CNJ nº 230/2016, as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de cada Tribunal, com caráter multidisciplinar, fiscalizam, planejam, elaboram e acompanham os projetos arquitetônicos de acessibilidade e projetos “pedagógicos” de treinamento e capacitação dos profissionais e funcionários que trabalhem com as pessoas com deficiência.

Tais comissões devem estabelecer a fixação de metas anuais, direcionadas à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência, tais como:

- a) inclusão, em todos os editais de concursos públicos, da previsão constitucional de reserva de cargos para pessoas com deficiência, exceto nos que tratam do ingresso na magistratura;
- b) registro da audiência, em qualquer caso, por filmagem de todos os atos nela praticados, sempre que presente pessoa com deficiência auditiva;
- c) nomeação ou permissão de utilização de guia-intérprete, quando figurar no processo pessoa com deficiência auditiva e visual, custeado pelo particular interessado;
- d) permissão de entrada e permanência de cães-guias em todas as dependências dos edifícios e sua extensão;
- e) pelo menos a metade de locação de imóveis, aquisição ou construções novas deverão ser feitas com acessibilidade.

4. (TRT 8ª REGIÃO-PA-AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ARQUITETURA – CESPE – 2013) Sustentabilidade urbana busca a harmonia da sociedade com o meio ambiente no âmbito das cidades. A respeito desse tema, assinale a opção **correta**.

- a) A criação de ciclovias, coleta seletiva, plantio direto, transporte solidário são exemplos de alternativas que visam atingir a harmonia ambiental e social nas cidades.
- b) Como exemplo de sustentabilidade urbana, alguns aterros sanitários próximos aos centros urbanos têm sido utilizados para geração de energia elétrica a partir da queima do biogás ou dióxido de carbono produzido pela decomposição do lixo.
- c) A utilização de verde urbano como indicador de qualidade ambiental urbana deve se basear na quantidade de vegetação existente em todo o município, em relação à área construída.
- d) Os domos urbanos de CO₂ são decorrentes do calor emitido pelos materiais empregados na construção civil, estando concentrados no centro da cidade e reduzindo-se à medida que se desloca para as áreas periféricas.
- e) Assentamentos humanos equitativos são aqueles nos quais todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção, têm acesso igual à moradia, infraestrutura, serviços de saúde, água e alimentação adequadas, educação e espaços abertos.

5. (TRT 12ª REGIÃO-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FGV – 2017) Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- a) *accountability*;
- b) eficiência;
- c) equidade;
- d) legitimidade;
- e) responsabilidade.

1.

Em "a": Errado – Foi a Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação do país, conforme dispõe o art. 1º da referida legislação.

Em "b": Errado – A Lei nº 8.666/1993 apenas exige estudos sobre impactos ambientais nos projetos básicos e executivos de obras e serviços, na forma do art. 12, VII, da referida Lei. Projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos (art. 6º, IX, Lei nº 8.666/1993).

Em "c": Errado – Apesar da Constituição Federal de 1988 apresentar grande preocupação na proteção ao meio ambiente, ela não foi o primeiro instrumento legal a redigir sobre a matéria. Há leis esparsas anteriores a CF/1988 que já disciplinavam sobre algumas matérias relativas ao meio ambiente, como a Lei da Área de Proteção Ambiental (Lei nº 6.902 de 27-04-1981), e a Lei de Atividades Nucleares (Lei nº 6.453 de 17-10-1977).

Em "d": Certo – O art. 3º do Dec. nº 6.040/2007 busca definir, em seu inciso I, os Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Em "e": Errado – A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída pela Lei nº 9.795/1999.

GABARITO OFICIAL: D**2.**

Em "a": Desatualizado – Não há previsão de membro do Ministério do Trabalho e Emprego para compor a CISAP no Decreto nº 7.746/2012.

Em "b": Errado – Apenas um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações deve compor a CISAP, na forma do art. 10, VI, do Dec nº 7.746/2012.

Em "c": Desatualizado – O Decreto nº 9.178/2017 alterou parte do Dec. nº 7.746/2012, de modo que, agora, apenas um representante da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão deverá integrar e presidir a CISAP, conforme dispõe o art. 10, I, do Dec nº 7.746/2012.

Em "d": Errado – O representante do Ministério do Meio-Ambiente exercerá a vice-presidência (art. 10, II, Dec nº 7.746/2012).

Em "e": Errado – Apenas um representante da Casa Civil da Presidência da República deve compor o CISAP (art. 10, III, Dec nº 7.746/2012).

GABARITO OFICIAL: C

3.

Em "a": Errado – A inclusão, em todos os editais de concursos públicos, da previsão constitucional de reserva de cargos para pessoas com deficiência deve ser feita, inclusive, para os cargos de magistratura, conforme dispõe o art. 10, X, da Res. nº 230/2016 do CNJ.

Em "b": Errado – O registro da audiência deverá ser feito por filmagem de todos os atos nela praticados, caso o juiz entenda ser necessário, conforme dispõe o art. 10, VIII, da Res. nº 230/2016 do CNJ.

Em "c": Errado – A nomeação ou permissão de utilização de guia-intérprete será custeado pela administração dos órgãos do Judiciário (art. 10, VII, Res. nº 230/2016 do CNJ).

Em "d": Certo – É o texto do art. 10, III, da Res. nº 230/2016 do CNJ.

Em "e": Errado – Todas as locações, aquisições ou construções deverão ter acessibilidade, nos termos do art. 10, II, da Res. nº 230/2016 do CNJ.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em "a": Errado - Plantio direto é uma espécie de técnica agrícola que se aplica ao conceito de sustentabilidade, mas não é aplicável ao contexto da harmonia social e ambiental nas zonas urbanas.

Em "b": Errado – Não há uma maneira de queimar dióxido de carbono para a geração de energia.

Em "c": Errado – A utilização de verde urbano não se limita somente ao que dispõe a alternativa, mas deve também levar em consideração a distribuição das áreas verdes no município, bem como a área de influência de cada área verde.

Em "d": Errado – Os domos de carbono são decorrentes da queima de combustíveis fósseis. Além disso, não há uma relação entre geração de calor e emissão de dióxido de carbono.

Em "e": Certo – Segundo o texto da Conferência Habitat II, de 1996, um dos principais objetivos da referida conferência é a proteção dos assentamentos humanos equitativos nos quais todas as pessoas tenham igual acesso a habitação, espaço aberto, serviços de saúde, educação, etc.

GABARITO OFICIAL: E

5.

Em "a": Errado – *Accountability* pode ser compreendida como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades.

Em "b": Errado – A eficiência é o princípio que impõe o dever ao servidor público de prestar seu serviço com economicidade, celeridade, redução de custos e desperdícios; sempre buscando atingir os melhores resultados com produtividade e rendimento funcional. Esses são os valores principais da eficiência, garantindo à sociedade uma real efetivação dos propósitos necessários, como por exemplo, saúde, educação, etc.

Em "c": Errado – A equidade impõe à Administração Pública um dever de agir com imparcialidade na defesa do interesse público. É vedado qualquer forma de discriminação ou tratamento diferenciado entre os administrados.

Em "d": Errado – A legitimidade é princípio fundamental do Estado democrático de Direito que sujeita o controle dos atos administrativos, nos termos e limites da lei. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado.

Em "e": Certo - O Princípio da Responsabilidade da Administração encontra amparo no §6º do art. 37 da CF/1988, que dispõe: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". Assim, todo agente público que vier a causar um dano a alguém, trará para o Estado o dever jurídico de ressarcir esse dano, independente de culpa ou dolo. O dever de indenizar configura-se pela mera demonstração do nexo causal existente entre o fato ocorrido e o dano verificado.

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Jornalista e advogada, graduada na Universidade de Marília e Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM). Especialista pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Município de Marília-SP. Professora especializada.

LINDB

1. (TRT 21ª REGIÃO-RN – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, se a lei “A” for revogada pela “B”, e a lei “B” for revogada pela lei “C”, a lei “A”

- a) voltará a ter vigência somente se a lei “C” prever expressamente esse efeito.
- b) voltará a ter vigência mesmo que a lei “C” não preveja expressamente esse efeito.
- c) voltará a ter vigência desde que a lei “C” não vede expressamente esse efeito.
- d) não voltará a ter vigência mesmo que a lei “C” preveja expressamente esse efeito.
- e) não voltará a ter vigência somente se a lei “C” disciplinar inteiramente a matéria que era por ela regulada.

2. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – FCC – 2017) Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, NÃO é requisito essencial para a sentença proferida no estrangeiro ser executada no Brasil

- a) a homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) a tradução por intérprete autorizado.
- c) o trânsito em julgado para as partes.
- d) a citação regular das partes ou verificação legal da ocorrência da revelia.
- e) a prolação por juiz competente.

PESSOA NATURAL

3. (TRT 21ª REGIÃO-RN – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) João se tornou órfão de ambos os pais no dia 01 de junho de 2017, colou grau em curso de ensino superior no dia 02 de julho de 2017, entrou em exercício de emprego público efetivo no dia 03 de agosto de 2017, casou-se no dia 04 de setembro de 2017 e completou dezoito anos de idade no dia 05 de outubro de 2017. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, a incapacidade de João cessou no dia

- a) 1 de junho de 2017.
- b) 3 de agosto de 2017.
- c) 2 de julho de 2017.
- d) 5 de outubro de 2017.
- e) 4 de setembro de 2017.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Certo – Art. 2º – Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. (...) § 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Em "b", "c", "d" e "e": Errado.

Repristinação é o renascimento de uma lei já revogada.

- regra (a regra é a repristinação não ocorrer)

- exceção (a repristinação vai ocorrer se houver disposição expressa, pois não existe no ordenamento jurídico brasileiro a repristinação tácita, só ocorrendo de forma expressa).

Norma A – válida.

Norma B revoga a norma A.

Norma C revoga a norma B.

A norma A (revogada) não volta a valer com a revogação (por C) de sua revogadora (B), porque não se admite o efeito repristinatório automático.

GABARITO OFICIAL: A

2.

Em "a": Errado – Art. 15 – Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

a) haver sido proferida por juiz competente;

b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;

c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que for proferida.

d) estar traduzida por interprete autorizado.

e) ter sido homologada pelo STF (Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, a competência para homologar sentenças estrangeiras passou a ser do STJ).

Em "b", "c", "d" e "e": Certo – Atualmente a referida questão encontra-se desatualizada, diante do entendimento firmado pelo STJ, uma vez que não é necessário o trânsito em julgado da sentença estrangeira, bem como NÃO é requisito que seja homologada pelo STF, havendo duas alternativas (mesmo considerando que o enunciado da questão refere-se aos pressupostos previstos na LINDB). Com a entrada em vigor do CPC/2015, tornou-se necessário que a sentença estrangeira esteja eficaz no país de origem para sua homologação no Brasil. O art. 963, III, do CPC/2015, não mais exige que a decisão judicial que se pretende homologar tenha transitado em julgado, mas apenas que ela seja eficaz em seu país de origem, tendo sido tacitamente revogado o art. 216-D, III, do RISTJ. STJ. Corte Especial. SEC 14.812-EX, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/05/2018 (Info 626).

GABARITO OFICIAL: A

3.

Em "c": Certo – Art. 5º – A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessar, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Em "a", "b", "d" e "e": Errado – Emancipação Voluntária. Art. 5º Parágrafo único – Cessar, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

Emancipação Judicial

Art. 5º Parágrafo único. Cessar, para os menores, a incapacidade:

I - (...) por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

Emancipação Legal

Art. 5º Cessar, para os menores, a incapacidade:

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

GABARITO OFICIAL: C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre a Autora

Greice Aline da Costa Sarquis Pinto

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP). Membro da Comissão do Jovem Advogado na 34ª Subseção de Tupã-SP. Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

1. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – FCC – 2018) Sobre provas, considere:

I. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

II. O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

III. Se for arrolado como testemunha, o juiz da causa declarar-se-á suspeito, ainda que nada saiba sobre os fatos, por ficar demonstrado seu vínculo pessoal com a parte que o arrolou.

IV. O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

V. O juiz, apenas por ato de ofício, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato ou direito que interesse à solução da causa.

Está correto o que consta APENAS de

- a) III, IV e V. b) II, III e V. c) I, II, III e IV.
d) I, II e IV. e) I, III e V.

2. (TRT 6ª REGIÃO-PE – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2018) Considere as afirmações a seguir, que concernem à produção das provas processuais.

I. Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, bem como os notórios, necessitam ser provados nos autos.

II. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

III. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, indeferindo, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

IV. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados na norma processual civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido e influir eficazmente na convicção do juiz.

V. A distribuição do ônus da prova pode ocorrer de forma diversa pela vontade das partes, desde que a convenção respectiva seja celebrada durante o curso do processo, necessariamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III, IV e V. b) I, II e V. c) II, III e V.
d) II e III. e) I e IV.

1.

Afirmativa I – Verdadeiro – Art. 372 – O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

Afirmativa II – Verdadeiro – Art. 407 – O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

Afirmativa III – Falso – Art. 452 – Quando for arrolado como testemunha, o juiz da causa: I – declarar-se-á impedido, se tiver conhecimento de fatos que possam influir na decisão, caso em que será vedado à parte que o incluiu no rol desistir de seu depoimento; II - se nada souber, mandará excluir o seu nome.

Afirmativa IV – Verdadeiro – Art. 472 – O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficientes.

Afirmativa V – Falso – Art. 481 – O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas, a fim de se esclarecer sobre fato que interesse à decisão da causa.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Afirmativa I – Falso – Art. 374 – NÃO DEPENDEM DE PROVA os fatos: I – notórios; II – afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;

Afirmativa II – Verdadeiro – Art. 372, M – O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

Afirmativa III – Verdadeiro – Art. 370 – Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo Único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Afirmativa IV – Falso – Art. 369 – As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, AINDA QUE NÃO ESPECIFICADOS neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

Afirmativa V – Falso – Art. 373, § 3º – A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I – recair sobre direito indisponível da parte;

II – tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º – A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada ANTES OU DURANTE o processo.

GABARITO OFICIAL: D

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Sobre a Autora

Luciana Firmino da Costa

Mestranda em Direito pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Pós-graduada em Direito Tributário pela Faculdade Legale. Pós-graduada em Direito da Seguridade Social pela Faculdade Legale. Pós-graduada em Direito Civil pela Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora. Palestrante. Advogada.

1. (TRT 6ª REGIÃO – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO – FCC – 2015) Os princípios constituem os mandamentos basilares de um sistema jurídico, ou seja, a maneira pela qual se opera determinado ramo do Direito. Diante disso, entre os princípios e diretrizes da Seguridade Social, considere:

I. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios.

II. Igualdade na forma de participação no custeio e da base de financiamento.

III. A universalidade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

IV. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Está correto o que consta APENAS em,

- a) III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

2. (TRT 8ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – SERVIÇO SOCIAL – CESPE – 2016)

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Lei Orgânica da Seguridade Social, assinale a opção correta.

- a) Os direitos sociais do cidadão brasileiro previstos na CF não incluem o direito à alimentação e ao transporte
- b) Os princípios da seguridade social incluem a irredutibilidade do valor dos benefícios
- c) O aviso prévio de, no mínimo, quarenta e cinco dias é um direito garantido aos trabalhadores urbanos que tenham prestado serviços na mesma empresa
- d) O valor da renda mensal dos benefícios não inferior a meio salário mínimo aplica-se aos benefícios que substituam o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado
- e) No âmbito federal, a base de financiamento da seguridade social está centralizada nas contribuições sociais dos empregadores domésticos

1.

Em "a", a assertiva III está correta, conforme determina o artigo 1º, parágrafo único, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.212/91 e a assertiva IV está correta, conforme determina o artigo 1º, parágrafo único, alínea "g" da Lei nº 8.212/91.

Em "b", a assertiva I está correta, conforme determina o artigo 1º, parágrafo único, alíneas "c" e "d" da Lei nº 8.212/91, a assertiva II está errada, conforme determina o artigo 1º, parágrafo único, alíneas "e" e "f" da Lei nº 8.212/91, pois a alínea "f" esclarece que é a diversidade da base de financiamento e não a igualdade e a assertiva IV está correta, conforme já explicado..

Em "c", as assertivas I e IV estão corretas, conforme já explicado.

Em "d", a assertiva II está errada e a assertiva III está correta, conforme explicado acima.

Em "e", as assertivas I, III e IV estão corretas, conforme já explicado.

GABARITO OFICIAL: E**2.**

Em "a" o artigo 6º da CF, determina que: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Em "b", o artigo 194, inciso nº IV da CF determina que: a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (IV) irredutibilidade do valor dos benefícios.

Em "c", o artigo 7º, inciso nº XXI da CF determina que o aviso prévio é de no mínimo 30 dias.

Em "d", o artigo 201, §2º da CF, determina que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

Em "e", o artigo 11 da Lei nº 8.212/91 determina as receitas que compõe o orçamento da Seguridade Social.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG. Advogada.Consultora jurídica.

1. (TRT 1ª REGIÃO-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – INSTITUTO AOCP – 2018) Henrique foi contratado pela Loja de Conveniência Aki Tem Tudo, que funciona 24 horas, para exercer a função de atendente no horário das 21h de um dia às 6h do outro, com 1 hora de intervalo para repouso e alimentação. Diante dessa realidade contratual, é correto afirmar que

- a) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. O adicional noturno, porque pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.
- b) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 5h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- c) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. É devida uma hora extra normal, sem considerar, para o cálculo respectivo, o adicional noturno. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- d) Será devido a Henrique o pagamento do adicional noturno de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno integrará a base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno, vez que laboradas em condições de maior desgaste físico e mental. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.
- e) Henrique terá direito ao pagamento do adicional noturno, de 20% sobre o valor da hora normal, devendo ser considerada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos, além de horas extras noturnas. É devido o adicional respectivo e a computação da hora reduzida das 22h até as 6h. O adicional noturno não integrará a base de cálculo das horas extras. Adicional noturno e adicional horas extras, porque pagos com habitualidade, integram o salário do empregado para todos os efeitos.

2. (TRT 1ª REGIÃO-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – INSTITUTO AOCP – 2018) Maria foi contratada pela empresa Confeitaria Doces Artesanais para trabalhar como atendente, com jornada das 12h às 21h e com uma hora de intervalo para repouso e alimentação. Ocorre que, durante todo o contrato de trabalho, o qual perdurou um ano, o empregador requisitou à empregada que ela laborasse no estabelecimento das 12h às 23h, com uma hora de intervalo, pois não tinha interesse em contratar novo empregado, com a justificativa de serem muito altos os débitos trabalhistas. Nesse período em que Maria laborou para a empresa, somente recebeu o valor de um salário mínimo, conforme pactuado no contrato. Nesse sentido, é correto afirmar que Maria tem direito ao

- a) recebimento somente do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.
- b) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 50 minutos e 30 segundos.
- c) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 20% (vinte por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 52 minutos e 30 segundos.
- d) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 52 minutos e 30 segundos.
- e) recebimento do adicional de horas extras no importe de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal e pagamento do adicional noturno com acréscimo de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora diurna, computando a hora noturna como 50 minutos e 30 segundos.

3. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Antonieta é empregada na empresa Calçados do Sul Ltda., cumprindo jornada de 2ª feira a sábado das 5:30 às 15:30 horas, com pausa alimentar de 2 horas.

Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, é correto afirmar que:

- a) Antonieta terá direito a hora extra, em razão do intervalo para refeição desrespeitado.
- b) a empregada terá direito a horas extras pelo excesso de jornada, com adicional de no mínimo 50%.
- c) há direito ao pagamento de horas extras e adicional noturno na jornada compreendida entre 5:30 e 6:00 horas.
- d) não se identifica na jornada cumprida qualquer excesso, pelo que não há horas extras a pagar.
- e) houve violação ao intervalo interjornada, gerando assim direito ao pagamento de horas extras.

GABARITO COMENTADO

1.

Primeiramente, é importante destacar que a hora noturna urbana é no percentual de 20%, com hora reduzida/ficta de 52 minutos e 30 segundos, das 22h às 5h. Já a rural, é de 25%, sem hora reduzida/ficta, logo, com hora de 60 minutos, das 20h às 4h (pecuária) e das 21h às 5h (lavoura). Prorrogada e cumprida integralmente a jornada no período noturno, devido é, também, o adicional noturno quanto às horas prorrogadas. Na questão em tela, o obreiro trabalhava das 22h às 6h, logo, cumpria integralmente a jornada no período noturno – que é das 22h às 5h. Assim, no tocante de 1 hora extra prestada das 5h às 6h, integrará a base de cálculo da hora extra o adicional noturno de 20%.

GABARITO OFICIAL: D

2.

De acordo com o Art. 59 da CLT – A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. § 1º A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal. Art. 73 da CLT – Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior ao do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna. § 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos. § 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste Artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

GABARITO OFICIAL: C

3.

Muito embora o horário de trabalho de Antonieta (da entrada até a saída) seja de 10 horas, a jornada de trabalho constava 8 horas diárias (10h - 2h de descanso intrajornada), deste modo, está dentro do limite diário constitucional. O limite semanal é de 44 horas (Art. 7º, XIII, CF), e Antonieta também faz 8 horas no sábado, quando apenas poderia realizar 4 horas, de maneira que faz jus às horas extraordinárias pelo excesso de jornada.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Sobre a Autora

Natasha Mirella Melo Costa

Graduada em Direito pela Fundação Educacional do Município de Assis, FEMA. Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MG. Advogada.Consultora jurídica.

1. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2018) Quanto aos recursos admitidos no TST, considere:

I – Recurso cabível contra decisão denegatória de recurso de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Recurso cabível das decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais, ou contrárias à súmula, à orientação jurisprudencial ou a precedente normativo do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

III – Recurso cabível das decisões não unânimes proferidas pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos, nos processos de Dissídios Coletivos de competência originária do Tribunal.

IV – Recurso cabível das decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho proferidas em agravos internos e agravos de instrumento que contrariarem precedentes obrigatórios firmados em julgamento de incidentes de assunção de competência ou de incidentes de recursos repetitivos.

V – Recurso cabível contra decisão dos Presidentes do Tribunal e das Turmas, do Vice-Presidente, do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho ou de Relator, ressalvados os casos em que haja recurso próprio ou decisão de caráter irrecurável.

Os recursos mencionados nos itens I a V são, respectivamente:

- a) Agravo de Instrumento; Embargos Infringentes; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Recurso Extraordinário; Agravo Interno.
- b) Agravo Interno; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Embargos Infringentes; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Recurso de revista.
- c) Agravo de Instrumento; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Agravo Interno; Embargos Infringentes; Agravo Interno.
- d) Embargos Infringentes; Agravo de Instrumento; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Embargos Infringentes; Recurso de Revista.
- e) Agravo de Instrumento; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Embargos Infringentes; Embargos para a Subseção I da Seção Especializada em Dissídios Individuais; Agravo Interno.

2. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2018) Segundo a jurisprudência sumulada do TST,

- a) presume-se recebida a notificação 5 dias depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- b) a ausência do reclamante acarreta o arquivamento do processo, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência.

- c) a parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, desde que intimada, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficará isenta a parte então vencida.
- d) havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito pleitear sua exclusão da lide.
- e) ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

3. (TRT 15ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2018)

Artur é empregado temporário da empresa Gestão de Negócios Ltda. e prestou serviços temporários para Abóbora com Coco Doces Ltda. como empacotador. Moveu ação trabalhista contra ambas as empresas pleiteando diferenças salariais e pagamento de Plano de Participação nos Lucros, as quais se defenderam por meio de advogados distintos. A Reclamação foi julgada procedente, condenando a Gestão de Negócios Ltda. ao pagamento dos pedidos e a Abóbora com Coco Doces Ltda. de forma subsidiária, por ser a tomadora dos serviços temporários. Ambas pretendem ingressar com recurso ordinário, sendo que a empregadora temporária se insurgirá contra a condenação e a tomadora de serviços pedira sua exclusão da lide, por não ter sido a empregadora de Artur. O prazo, contado da intimação da sentença e não sendo interpostos Embargos de Declaração, será:

- a) 8 dias úteis para ambas as reclamadas.
- b) 16 dias úteis para ambas as reclamadas, pelo litisconsórcio passivo, independentemente de possuírem advogados distintos.
- c) os primeiros 8 dias para Gestão de Negócios Ltda. e os 8 dias subsequentes para a Abóbora com Coco Doces Ltda.
- d) os primeiros 8 dias para a Abóbora com Coco Doces Ltda. e os 8 dias subsequentes para Gestão de Negócios Ltda., tendo em vista que a matéria se trata de exclusão da lide.
- e) 16 dias úteis para ambas as reclamadas, uma vez que possuem advogados distintos, única hipótese em que é permitida a dobra do prazo processual.

1.

Afirmativa I – Falso – Art. 897 CLT – Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: b) de Instrumento, dos DESPACHOS que DENEGAREM a interposição de RECURSOS.

Afirmativa II – Falso – Art. 894. No TST cabem EMBARGOS, no prazo de 8 (oito) dias: II – das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela SDI, ou CONTRÁRIAS a súmula ou orientação jurisprudencial do TST ou súmula vinculante do STF.

Afirmativa III – Falso – Art. 894. No TST cabem EMBARGOS, no prazo de 8 (oito) dias: I – de decisão NÃO UNÂNIME de julgamento que: a) conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios COLETIVOS que EXCEDAM a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei. (Embargo infringente julga matéria atinente a dissídio coletivo).

Afirmativa IV – Falso – Art. 896-C. § 1º – O Presidente da Turma ou da Seção Especializada, por indicação dos relatores, afetará um ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento pela Seção Especializada em Dissídios Individuais ou pelo Tribunal Pleno, sob o rito dos recursos repetitivos.

Afirmativa V – Verdadeiro – Art. 265 – REGIMENTO INTERNO DO TST 2017 – Cabe agravo interno contra decisão dos Presidentes do Tribunal e das Turmas, do Vice-Presidente, do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho ou de relator, nos termos da legislação processual, no prazo de 8 (oito) dias úteis, pela parte que se considerar prejudicada.

GABARITO OFICIAL: E**2.**

Em “a”: Errado – Súmula 16 do TST – Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento, ou a entrega após o decurso desse prazo, constitui ônus de prova do destinatário.

Em “b”: Errado – Súmula 9 do TST – A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.

Em “c”: Errado – Súmula 25 do TST: I – A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.

Em “d”: Errado – Súmula 128 do TST: III – Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

Em “e”: Certo – Súmula 184 do TST – Ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

GABARITO OFICIAL: E

3.

Conforme a CLT – Art. 895 – Cabe recurso ordinário para a instância superior:
I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 dias.

GABARITO OFICIAL: A

DIREITO PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

CRIME

1. (TRT 1ª REGIÃO – JUIZ DO TRABALHO – FCC – 2011) Em matéria de dolo e culpa, é correto afirmar que

- a) é indispensável a previsibilidade do resultado pelo agente nos crimes culposos.
- b) é prescindível o nexo causal entre a conduta e o resultado nos crimes culposos.
- c) há culpa consciente quando o agente não prevê o resultado, embora este seja previsível.
- d) excluem a culpabilidade, se ausentes.
- e) o agente só responderá pelo resultado que agrava especialmente a pena quando o houver causado dolosamente.

CONCURSO DE PESSOAS

2. (TRT 3ª REGIÃO – JUIZ DO TRABALHO – TRT 3ª REGIÃO – 2013) Considerando o direito penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ainda que emancipados nos moldes da lei civil, os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- b) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- c) Se o crime é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- d) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- e) Não há crime quando o agente pratica o fato em caso de necessidade; em legítima defesa; em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito e em razão de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que, ao tempo da ação ou da omissão, o agente era inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

1.

Em "a": Certo – Diz-se o crime culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia, pois, o agente, deixa de observar o dever objetivo de cuidado e realiza voluntariamente uma conduta que produz resultado naturalístico; art. 18, II, do CP.

Em "b": Errado – O nexó de causalidade não é necessário no crime culposo.

Em "c": Errado – Na culpa consciente o resultado não é desejado ou assumido pelo agente porque ele acredita sinceramente, que pode evita-lo.

Em "d": Errado – A culpabilidade não está relacionada a conduta (dolo ou culpa), mas ao juízo de reprovação que se faz sobre a conduta ilícita do agente, Teoria Tripartite do Crime.

Em "e": Errado – O agente responderá pelo resultado que agrava a pena independente de a conduta ser doloso ou culposa.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em "a": Certo – A maioridade penal, 18 anos, independe da maioridade civil, que pode ser antecipada por meio de emancipação nos casos permitidos em lei.

Em "b": Certo – Quem tem o dever legal de enfrentar o perigo, não pode alegar estado de necessidade como causa de excludente da ilicitude.

Em "c": Certo – Em regra, responde o autor da coação ou da ordem nos casos de crimes praticados sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem.

Em "d": Certo – O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, como por exemplo no crime de instigação ao suicídio, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

Em "e": Errado – Há excludente de ilicitude nos casos de necessidade; em legítima defesa; em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Há excludente de culpabilidade no caso de imputabilidade, que ocorre nas hipóteses de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que, ao tempo da ação ou da omissão, o agente era inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

GABARITO OFICIAL: E

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

AÇÃO PENAL

1. (TRT 15ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA – FCC – 2013) A ação penal pública incondicionada é a que pode ser proposta

- a) pelo ofendido, ou por quem tiver qualidade para representá-lo, quando houver inércia do Ministério Público.
- b) por qualquer do povo, visando a condenação do autor de uma infração penal.
- c) pelo Ministério Público de ofício, sem representação ou requisição de quem quer que seja.
- d) somente pelo ofendido, em razão da gravidade e especialidade do bem jurídico lesado.
- e) pelo Ministro da Justiça nos casos em que razões de ordem política prevista em lei tornem obrigatória a sua iniciativa.

PRISÃO

2. (TRT 15ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA – FCC – 2013) O juiz de Direito de uma Vara Criminal recebeu cinco inquéritos policiais, nos quais as autoridades policiais representaram pedindo a decretação da prisão temporária, por considerá-la imprescindível para as investigações dos inquéritos policiais instaurados por crimes de roubo, furto qualificado, extorsão, extorsão mediante sequestro e homicídio doloso. A prisão temporária, preenchidos os demais requisitos legais, poderá vir a ser decretada nos inquéritos referentes APENAS aos crimes de

- a) roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro e homicídio doloso.
- b) homicídio doloso e extorsão mediante sequestro.
- c) roubo, furto qualificado e extorsão.
- d) extorsão mediante sequestro, homicídio doloso e furto qualificado.
- e) extorsão, extorsão mediante sequestro e homicídio doloso.

3. (TRT 16ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – EXECUÇÃO DE MANDADOS – CESPE – 2005) Julgue os itens a seguir, relativos aos crimes contra a administração pública.

Os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República são beneficiários da prisão especial, que consiste exclusivamente no recolhimento em cela distinta da prisão comum, não podendo o preso especial ser transportado juntamente com o preso comum. Tal benefício perdurará enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória. Após esta, o condenado não será recolhido ao estabelecimento penal comum.

() CERTO () ERRADO

1.

Em "a": Errado – Quando inércia do Ministério Público, a ação penal será privada subsidiária da pública.

Em "b": Errado – Qualquer do povo não tem legitimidade para propor ação penal. Qualquer do povo, pode prender em flagrante o autor de crime, mas não propor ação penal.

Em "c": Certo – A ação penal pública incondicionada é aquela em o titular da ação, o Ministério Público, promove sem a necessidade de representação ou requisição, conforme art. 100, *caput*, do CP.

Em "d": Errado – Quando apenas o ofendido pode propor a ação penal, estamos diante de ação penal de iniciativa privada.

Em "e": Errado – O Ministério da Justiça pode requerer ao Ministério Público que promova a ação penal, mediante, portanto, de requisição, mas não poderá propor diretamente por não ter legitimidade.

GABARITO OFICIAL: C**2.**

Em "a": Certo – A prisão temporária é regida pela Lei nº 7.960/1989, e somente é possível decretar a prisão para os crimes contidos no rol do art. 1º, III, da citada lei, e nesta questão, por exemplo, para os crimes de roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro e homicídio doloso.

Em "b": Errado – Nesta alternativa faltou incluir os crimes de roubo e extorsão.

Em "c": Errado – O crime de furto qualificado não está no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989.

Em "d": Errado – O crime de furto qualificado não está no rol do art. 1º, III, da Lei nº 7.960/1989, devendo, nesta alternativa, ter incluído roubo e extorsão.

Em "e": Errado – A alternativa ficou incompleta por não ter incluído o crime de roubo.

GABARITO OFICIAL: A**3.**

O art. 295, do CPP, não apresenta a ressalva de que após o trânsito em julgado o condenado deixará a prisão especial e permanecerá em local comum com os demais presos. O que há, é o fato de não haver cela especial, o preso será custodiado em cela distinta de mesmo estabelecimento.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sobre o Autor

Rodrigo de Carvalho Gonçalves

Graduação em Direito pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL (Lorena-SP). Pós-graduação em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano São Paulo, UNISAL. Pós-graduando em Planejamento, Implementação e Gestão de EAD pela Universidade Federal Fluminense, UFF. Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS. Direito Internacional dos Conflitos Armados e Direitos Humanos pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. O Novo CPC, aspectos práticos após a entrada em vigor pelo Curso Êxito. Direito Penal Internacional na Era dos Direitos Humanos pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Elementos de Direito Processual Penal Militar pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo, EJM. Policial Judiciário Militar pela Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, CORREG. Policial Judiciário Militar pelo Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica, CIEAR. Leciona Direito Penal Militar e Processo Penal Militar no Curso Êxito na modalidade EaD, e tutor de Noções de Direito Constitucional na EEAR. Acrescentam-se ainda as instruções teóricas, práticas e de legislação de tiro com armas terrestres de uso da Força Aérea Brasileira, com ênfase nos calibres 9mm e 5,56mm.

AÇÃO PENAL

1. (TRT 2ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2018) Segundo expressamente previsto na Constituição Federal, constitui direito social da pessoa com deficiência:

- a) ter garantida cadeira de rodas ou outro veículo motorizado ou não para circulação em espaços públicos.
- b) proibição de discriminação na participação comunitária.
- c) ter garantida meia entrada em espaços culturais de acesso pago.
- d) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário.
- e) proibição de identificação ostensiva de sua deficiência em espaços de concentração de pessoas.

PRISÃO

2. (TRT 2ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2018) A disciplina do disposto no Decreto nº 3.691/2000, que regulamenta o transporte de pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, cabe ao:

- a) Secretário de Direitos Humanos da Presidência da República.
- b) Ministro de Estado dos Transportes.
- c) Secretário do Transporte de cada Estado envolvido.
- d) Ministro do Desenvolvimento Social.
- e) Ministro do Trabalho e da Previdência Social.

3. (TRT 2ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – FCC – 2018) A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas com deficiência, segundo o previsto na Lei nº 7.853/1989, caberá:

- a) à Secretaria de Desenvolvimento Social da Presidência da República.
- b) à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
- c) ao Ministério do Desenvolvimento Social.
- d) ao Ministério da Justiça.
- e) ao Conselho Nacional de Assistência Social.

GABARITO COMENTADO

1.

Em "a": Errado – Conforme art. 7º, XXXI, da CF.

Em "b": Errado – Conforme art. 7º, XXXI, da CF.

Em "c": Errado – Conforme art. 7º, XXXI, da CF.

Em "d": Certo – De acordo com o art. 7º, XXXI, da CF, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

Em "e": Errado – Conforme art. 7º, XXXI, da CF.

GABARITO OFICIAL: D

2.

Em "a": Errado – Conforme art. 2º, da Lei nº 3.691/2000.

Em "b": Certo – Vamos à legislação: Decreto nº 3.691/2000, art. 1º As empresas permissionárias e que autorizam o transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo, destinado a serviço convencional, para ocupação das pessoas beneficiadas pelo art. 1º da Lei no 8.899, de 29 de junho de 1994, observado o que dispõem as Leis nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 10.048, de 8 de novembro de 2000, e os Decretos nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995, e 3.298, de 20 de dezembro de 1999. E o art. 2º, o Ministro de Estado dos Transportes disciplinará, no prazo de até trinta dias, o disposto neste Decreto.

Em "c": Errado – Conforme art. 2º, da Lei nº 3.691/2000.

Em "d": Errado – Conforme art. 2º, da Lei nº 3.691/2000.

Em "e": Errado – Conforme art. 2º, da Lei nº 3.691/2000.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a": Errado – Conforme art. 10, da Lei nº 7.853/1989.

Em "b": Certo – Art. 10, da Lei nº 7.853/1989, a coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas portadoras de deficiência caberá à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Em "c": Errado – Conforme art. 10, da Lei nº 7.853/1989.

Em "d": Errado – Conforme art. 10, da Lei nº 7.853/1989.

Em "e": Errado – Conforme art. 10, da Lei nº 7.853/1989.

GABARITO OFICIAL: B

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestrebolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

1. (TRT 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – PSICOLOGIA – CESPE – 2008)

Com relação à ética nas organizações, julgue os itens a seguir.

As escolhas dos dirigentes, perante dilemas éticos, são influenciadas por fatores de ordem individual, como idade, grau de instrução, valores morais, que são parâmetros decisivos no processo de tomada de decisão.

() CERTO () ERRADO

2. (TRT 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – PSICOLOGIA – CESPE – 2008)

Com relação à ética nas organizações, julgue os itens a seguir.

O comportamento ético da organização independe da filosofia pessoal e dos processos cognitivos de decisão de seus dirigentes.

() CERTO () ERRADO

3. (TRT 3ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – SERVIÇO SOCIAL – FCC – 2015)

A ética profissional é uma das dimensões que formam o projeto profissional, compondo os elementos que indicam sua teleologia. Em sua particularidade, refere-se à reflexão sobre moralidade profissional que resulta na eleição de valores e princípios que direcionam o agir profissional. A ética é composta dialeticamente:

- a) pelas dimensões de competências: teórica, metodológica e técnica.
- b) por três esferas: filosófico-valorativa, moral-prática e jurídico-normativa.
- c) na conjunção entre projetos societários hegemônicos e os demais projetos societários.
- d) na unidade-diversa, ou seja, na práxis humana.
- e) no aparato jurídico-político que dá suporte a atuação profissional.

4. (TRT 7ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – Conhecimentos Básicos – CESPE – 2017) Julgue os itens a seguir, de acordo com os conceitos de ética e moral:

I – A moral é um sistema de normas, princípios e valores que regulam as relações entre o indivíduo e a sociedade.

II – O termo moral vem do latim, e o termo ética do grego.

III – A moral é a ciência que tem a ética como objeto.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e III estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

1.

As escolhas dos gestores, quando enfrentam dilemas éticos, são também influenciadas por fatores de ordem individual, que podem ser determinantes no processo de tomada de decisão. E são válidos, cabendo na margem de discricionariedade dos atos administrativos, podendo abranger aspectos como: gênero, idade, grau de instrução, orientações filosóficas ou valores morais.

GABARITO OFICIAL: CERTO**2.**

A cultura estabelecida no âmbito de uma empresa e a forma como o dirigente lida com seus funcionários interferem no comportamento da organização. Tudo isso é matéria da cultura organizacional, em seu aspecto ético.

GABARITO OFICIAL: ERRADO**3.**

Em "a", a ética não tem uma divisão em aspectos técnicos ou metodológicos, até mesmo porque é predominantemente teórica.

Em "b", a dimensão filosófico-valorativa se preocupa com os valores que são tidos como importantes no campo ético; a dimensão moral-prática volta-se à práxis humana e à análise de comportamentos tidos como morais; a dimensão jurídico-normativa é composta por normas que fixam condutas éticas (se insere neste campo a ética profissional).

Em "c", a ética não se relaciona propriamente com projetos societários, embora o propósito de certos projetos dessa natureza possa ser considerado ético, eventualmente.

Em "d", na práxis, o agir humano é apenas uma das dimensões relevantes à ética, que também se firma no campo teórico-normativo.

Em "e", a ética profissional é apenas uma vertente da ética, que amplamente envolve todos aspectos da conduta humana, dentro e fora da profissão.

GABARITO OFICIAL: B**4.**

Afirmativa I – Verdadeiro – A moral é um sistema composto por normas, princípios e valores voltados à ação humana, regulando as relações entre indivíduo e sociedade.

Afirmativa II – Verdadeiro – O termo moral vem do latim *moralis* e o termo ética vem do grego *ethos*.

Afirmativa III – Falso – A ética é a ciência que tem a moral como objeto.

GABARITO OFICIAL: A

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES FEDERAIS

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestrebolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM. Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual. Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos. Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos. Advogada e consultora jurídica.

LEI Nº 8.112/1990 – REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS

1. (TRT 14ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ESTATÍSTICA – FCC – 2018)

Suponha que determinado órgão da Administração pública federal tenha sido extinto e, por força do mesmo diploma legal, também extintos os cargos efetivos correspondentes. Diante de tal circunstância, os servidores estáveis que ocupavam os referidos cargos deverão ser, conforme disposto na Lei nº 8.112/1990:

- a) colocados em disponibilidade, até o seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- b) readaptados, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.
- c) colocados em licença compulsória, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, até a realocação em cargo equivalente ao extinto.
- d) redistribuídos a outros órgãos ou entidades integrantes da Administração, recebendo a remuneração correspondente, ainda que inferior à do cargo extinto, enquanto não sobrevier cargo vago equivalente.
- e) aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, cabendo reversão na hipótese de vacância de cargo equivalente ao extinto, a pedido do servidor ou *ex officio*.

2. (TRT 15ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ARQUITETURA – FCC – 2018)

Considere que hipoteticamente a autarquia federal Y entendeu por bem realizar concurso público para provimento de cargos públicos vagos previstos em sua estrutura organizacional, estabelecendo no edital que nos três primeiros anos de exercício os investidos nos cargos públicos correlatos não perceberiam vencimentos. A previsão estabelecida no edital, nos termos da Lei nº 8.112/1990:

- a) é válida, pois, dada a conjuntura econômica do país, se faz permitida a prestação de serviços federais gratuitos.
- b) é válida, pois durante o estágio probatório, que coincide com os três primeiros anos de exercício, os servidores não percebem vencimentos, mas indenização e ajuda de custos.
- c) é nula, pois os cargos públicos são criados por lei com vencimentos pagos pelos cofres públicos, não havendo que se falar na prestação de serviços gratuitos nesta hipótese.
- d) é nula, pois a prestação de serviços gratuitos à União encontra limite temporal de dois anos, no máximo.
- e) é válida, em razão de se tratar de concurso para provimento de cargo da Administração pública federal indireta, hipótese em que, desde que haja previsão em edital, é permitida a prestação de serviços gratuitos por período a ser acordado entre as partes.

1.

Em “a”, nos termos do artigo 37, § 3º, CF, “extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo”. Quanto ao aproveitamento, deve se dar em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o cargo anteriormente ocupado, conforme artigo 30, Lei nº 8.112/1990: “O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado”.

Em “b”, não é caso de readaptação, modalidade de provimento que se adequa aos casos de servidores que passaram a ter limitação na capacidade física ou mental (artigo 24, Lei nº 8.112/1990).

Em “c”, não é caso de licença, mas de colocação em disponibilidade (artigo 37, § 3º, CF).

Em “d”, não é caso de redistribuição, que é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC (artigo 37, Lei nº 8.112/1990).

Em “e”, não é caso de aposentadoria compulsória, mas de colocação em disponibilidade (artigo 37, § 3º, CF), de maneira que o servidor poderá ser chamado a retornar ao trabalho a qualquer momento.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em “a”, “b” e “d”, a previsão é nula, diante da proibição de prestação de serviços gratuitos, nos termos do artigo 4º, Lei nº 8.112/1990.

Em “c”, nos termos do artigo 4º, Lei nº 8.112/1990, “é proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei”. É nula a previsão de prestação de serviços gratuitos no âmbito do serviço público.

Em “d”, não existe previsão de limite temporal para a prestação de serviços gratuitos à União, pois a regra é de proibição destes (artigo 4º, Lei nº 8.112/1990).

GABARITO OFICIAL: C